

## Chamado do brejo

Categories : [Reportagens](#)

Membros da União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), através da rede brasileira do [SSC Conservation Breeding Specialist Group \(CBSG\)](#), grupo da que lida com a conservação de espécies ameaçadas de extinção, fez circular, recentemente, um e-mail destinado a todos os grupos de pesquisadores de anfíbios do Brasil. Um alerta foi lançado diante de uma preocupação da CBSG: a chegada da "crise dos anfíbios" no Brasil. A mensagem falava ainda sobre a dificuldade em identificar parceiros para que medidas possam ser implementadas no combate à ameaça.

A crise a que a entidade se refere é a extinção cada vez mais próxima das espécies devido à perda de habitat – a maior ameaça à conservação de anfíbios em todo o mundo – e, mais recentemente, às infecções causadas pelo fungo *Batrachochytrium dendrobatidis* que, segundo a CBSG, está se disseminando com rapidez e ameaçando comunidades completas de anfíbios. "Por causa dele, existe a real possibilidade que uma grande parte de toda categoria de animais se extinga em todo o mundo – a menos que nos preparemos para atuar rapidamente", diz a entidade.

O fungo quitrídeo, como é chamado o *Batrachochytrium dendrobatidis*, foi identificado, pela primeira vez, há mais de cinquenta anos, no sul da África. Sua disseminação se deu porque algumas rãs contaminadas foram enviadas a outras partes do mundo para serem utilizadas em testes de gravidez em mulheres e para estudos em laboratório. Há cerca de 10 anos, a ameaça que o *Bd* representa foi reconhecida e, desde então, dezenas de espécies desapareceram completamente.

De acordo com documento da CBSG e parceiros, o fungo não pode ser detido nem tratado em meio silvestre. Nos ambientes onde ele se desenvolve, é capaz de matar até 80% dos anfíbios em apenas alguns meses. O país que enfrenta maior dificuldade com o *Bd* no momento é o Panamá. No primeiro semestre de 2006, o fungo foi identificado no norte do território panamenho. Como alternativa para tentar conter sua disseminação, foi criado um centro de tratamento e criação das espécies no sul do país. O *Batrachochytrium dendrobatidis* chegou lá em dez meses, o que fez com que alguns grupos de estudiosos comparassem a extinção que ele provoca com a ocorrida com os dinossauros.

O primeiro passo para tentar barrar esta "disseminação letal" é a criação de um banco de dados dos pesquisadores de anfíbios em todo o mundo. O segundo, de acordo com Patrícia Médici, coordenadora do CBSG Brasil, é o estabelecimento de parcerias locais para a realização de treinamentos sobre o resgate e os cuidados necessários para a conservação das espécies. "As ações se moldarão de acordo com a demanda do país", explica Médici.

O chamado da CBSG faz parte de um plano de ação intitulado "Arca de Anfíbios" [Amphibian Ark](#) –

em referência direta a "Arca de Noé" -, colocado em marcha em 2006 pela entidade, em parceria com o Grupo de Especialistas de Anfíbios (ASG) da União Mundial para a Natureza (UINC) e a Associação Mundial de Zoológicos e Aquários (WAZA).

O objetivo da "Arca" é desenvolver, promover e guiar programas de manejo ex-situ, "fazendo possível, desta maneira, a sobrevivência a longo prazo de anfíbios para os quais uma proteção adequada em seus ambientes naturais não é possível na atualidade". Como os custos para a implementação do programa são muito altos, a "Arca dos Anfíbios" lançou uma campanha mundial, chamada "2008 Ano do Sapo" [2008 Year of the Frog](#), cuja finalidade principal é "gerar consciência por parte do público sobre a crise de extinção dos anfíbios e arrecadar fundos para implementar os aspectos ex-situ do Plano de Ação para a Conservação de Anfíbios (ACAP).

## Desacordos

Apesar de a iniciativa da CBSG já ter encontrado apoio – em duas semanas, cerca de 300 pesquisadores ou entidades entraram para o banco de dados brasileiro – alguns herpetólogos são completamente contra a proposta da entidade.

De acordo Célio Fernando Baptista Haddad, professor titular da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e primeiro pesquisador a identificar o *Batrachochytrium dendrobatidis* no Brasil, as discordâncias começam no status de espécie letal que o fungo ganhou com a descrição da CBSG.

O primeiro registro do *Bd* no Brasil foi feito na cidade de Monte Verde, em Minas Gerais, há cerca de dez anos. Em uma análise posterior, verificou-se que ele já existia no país desde a década de 70, mas, até o momento, segundo o professor, não há comprovação de que cause a morte dos anfíbios infectados.

"Desde o 1º registro, faço acompanhamento anual da doença. Nos animais infectados, o fungo faz cair o denticulo córneo do girino e a pele no sapo adulto, mas ele atua de forma endêmica, porque os girinos continuam se alimentando mesmo sem o 'dentinho' e metamorfoseando e os sapos adultos não morrem pela infecção. Isso quer dizer que os animais convivem com o fungo como a população humana convive com a gripe, por exemplo", explicou Haddad.

O professor também disse não acreditar que o fungo identificado no Panamá seja diferente do Brasil, pois algumas análises demonstraram que as espécies são geneticamente iguais. "Nunca analisamos todo o seu DNA, mas até o kit usado na análise do fungo brasileiro é igual à análise da espécie panamenha. Pode ser que existam duas cepas ou que as condições climáticas específicas tenham influenciado na ação do fungo, mas nada ainda foi provado. Os americanos têm uma certa tendência à simplificação e ao alarmismo", disse.

Outro ponto fortemente questionado pelo professor foi a conservação *ex-situ*. Segundo ele, esta é

apenas uma "alternativa sentimental" de conservação, já que a técnica não garante que as espécies sobreviverão ao retornarem ao seu habitat, podendo até mesmo morrer por outras doenças mais simples, já que a reclusão causa uma homogeneidade genética nociva à vida na natureza.

"Vejo essa alternativa com muito ceticismo, porque é um gasto enorme que não vai dar em nada. Muitos pesquisadores nem conseguem manter as espécies em cativeiro. Isso é para que eles se sintam bem tendo o controle sobre o animal, não é conservação séria. O mais lógico seria usar esse recurso para a compra de áreas brasileiras para o cuidado das espécies em seu próprio habitat. Conservação real é aquela em que as espécies se auto mantenham. Não podemos pensar no ser humano como um jardineiro", defendeu.

### **Por outro lado**

Apesar das críticas, existem aqueles que defendem o CBSG. Para Débora Silvano, coordenadora do Plano de Ação para Conservação dos Anfíbios no Brasil, a iniciativa é positiva no que diz respeito à criação de um banco de dados nacional. Segundo ela há poucos pesquisadores de anfíbios no país: são cerca de 250 profissionais que estudam alguma linha da espécie e, destes, menos de 20, a área da conservação. "É sempre relevante saber quem são essas pessoas", disse.

Débora explicou que, no Brasil, ainda é cedo para dizer que o fungo *Bd* é uma ameaça de extinção das espécies, mas que, apesar disso, estamos realmente vivendo uma crise. "A crise é real, mas não só por conta do fungo. Ele é preocupante? É, mas existe uma série de outros fatores mais importantes que podem levar a um ponto de grande extinção. Apesar de o Brasil não correr esse risco imediato, em julho realizamos o Congresso Brasileiro de Hepertologia para delinear um plano de conservação no país".

Neste plano, apenas uma das ações é com conservação *ex-situ*, que continua sendo um ponto de dissonância. "Isso é mesmo super controverso porque não se sabe se vai dar certo. No entanto, como não há muito o que fazer, vamos tentar. Ainda não dá para investir no *ex-situ* como estratégia de conservação, mas sim como estratégia de pesquisa. Nesse sentido é válido tentar", disse.

O Brasil é o líder mundial em diversidade de anfíbios. São 765 espécies - 737 anfíbios e anuros, 27 cecílias e uma salamandra – sendo que, destas, 26 correm risco de extinção. Assim como no resto do mundo, a principal ameaça à conservação dos anfíbios no país é a destruição dos habitats, como consequência do desmatamento, do avanço da fronteira agrícola, da mineração, das queimadas e do desenvolvimento da infra-estrutura e urbanização.

Se existe uma crise ou não, as opiniões ainda são discordantes. O que é ponto de comum acordo entre os pesquisadores é o fato de que, no país, há pouca gente estudando os anfíbios, os dados

são deficientes – o que cria um déficit no número real de espécies ameaçadas – e ainda há muita coisa a ser feita para se garantir uma efetiva conservação. Por isso, de uma forma ou de outra, é bom começar a agir logo.

*\*Cristiane Prizibiszki é jornalista em São Paulo.*